

Adiado anúncio do plano de curto prazo

por Raquel Stenzel
de Brasília

O documento com as diretrizes de curto prazo que está sendo elaborado pela área econômica deverá ser anunciado somente na próxima semana, quando o presidente da República, Itamar Franco, retornar da viagem ao Senegal (ver página 2). O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, que ontem à noite se reuniu mais uma vez com os ministros da Fazenda, Gustavo, Krause, e do Trabalho, Walter Barelli, para discutir o documento, disse que o plano de curto prazo deverá ser entregue ao presidente Itamar, no máximo, amanhã.

O documento que traz as diretrizes do governo para médio e longo prazos, no entanto, deverá ser concluído até o final do mês. A intenção dos ministros Haddad e Krause é ter definidas estas políticas para apresentar, no início de dezembro, aos bancos Mundial (BIRD) e Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Segundo Haddad, este documento não trará metas a serem cumpridas, mas irá estabelecer uma agenda de atuação do governo e definir como esta agenda será encaminhada. Ele adiantou, no entanto, que o governo pretende ins-

tituir um mecanismo para que segmentos organizados da sociedade possam dar as suas contribuições.

Deverá ser criado um sistema de audiências públicas, que tratarão de políticas específicas. "Quando estivermos elaborando alguma política específica, segmentos da sociedade serão convidados a participar da discussão", disse o ministro. Algo semelhante foi implantado por Haddad em Minas Gerais.

As metas que deverão ser cumpridas pelo governo só deverão ser estabelecidas em abril, quando o governo deverá fazer o plano plurianual.

Haddad disse que as taxas de juros serão sempre positivas, sempre reais, ou seja, acima da inflação, segundo afirmou à Agência Brasil.

As taxas reais de juros só descreverão uma curva significativa de queda quando o ajuste fiscal

der resultados e começarem a entrar, para os cofres do Tesouro, recursos adicionais de receita, permitindo ao governo reduzir a sua dívida interna.

Ele explicou que existe na economia uma "planície" formada por bens e serviços. Esta planície é protegida por uma barragem, cimentada pelas taxas de juros, que contêm a liquidez da economia. Calcula-se que esta liquidez é equivalente, em cruzeiros, a US\$ 130 bilhões, hoje aplicados no mercado financeiro. Se "o governo fizer a baragem de calibrar mal, para baixo, as taxas de juros", a barragem se rompe e toda esta liquidez desaba sobre a planície formada pelos bens e serviços. O resultado desse desastre será a hiperinflação, alertou o ministro.